

Mariátegui e a Tradução Latino-Americana do Leninismo

Leandro Galastri

Como citar: GALASTRI, L. Mariátegui e a Tradução Latino-Americana do Leninismo. *In*: DEO, A.; MAZZEO, A. C.; ROIO, M. D. (org.). **Lenin** : teoria e prática revolucionária. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015. p.281-298. DOI: <https://doi.org/10.36311/2015.978-85-7983-680-0.p281-298>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

MARIÁTEGUI E A TRADUÇÃO LATINO-AMERICANA DO LENINISMO

Leandro Galastri

INTRODUÇÃO

Relevantes trabalhos recentes na universidade e no mercado editorial brasileiro têm demonstrado os elementos originais do que seria o marxismo “heterodoxo” de Mariátegui em seu contexto latino-americano. O objetivo deste trabalho é chamar a atenção para o fato de que dimensões importantes dessa originalidade se devem também a aproximações do pensador peruano com as reflexões e desenvolvimentos do marxismo “ortodoxo” levados a efeito por Lênin. Tais aproximações se mostraram cada vez mais incisivas nos últimos anos de vida de Mariátegui e culminaram em rigorosas aplicações, para o contexto peruano, do método leninista de adaptar a teoria marxiana para as condições concretas de formações sociais específicas sem descurar de seu caráter revolucionário.

Elaborar uma reflexão comparativa entre os pensamentos políticos de Mariátegui e Lênin implica não tanto distinguir o que Mariátegui pensava sobre o líder bolchevique e a Revolução Russa, mas, principalmente, buscar, nas maneiras em que Mariátegui pensa a luta de classes peruana, um paralelo em relação a como Lênin o fazia para o contexto russo. É inspirado em Lênin que Mariátegui declarará que o socialismo no Peru não deveria ser “decalque ou cópia” (MARIÁTEGUI, 1974, p.

249)¹. É também adaptando a teoria marxiana para sua realidade concreta que ele chamará atenção para o problema específico da exploração da população indígena, acrescentando à problemática da luta de classes essa variável tão latino-americana que é a questão racial. Em sua opinião, o marxismo é a única concepção teórica que pode conferir um sentido moderno e construtivo para a causa indígena, elevando-a a um plano de política criadora e realista com base em sua própria condição social e econômica (MARIÁTEGUI, 1974, p. 188). Aqui, por exemplo, Mariátegui demonstra uma interessante afinidade com as reflexões de Lênin a respeito da união operário-camponesa sob a hegemonia dos primeiros. Observa que a causa indígena “conta com a vontade e a disciplina de uma classe que faz hoje sua aparição em nosso processo histórico: o proletariado” (MARIÁTEGUI, 1974, p. 188). Para Del Prado (CHOY et al., 1970, p. 25), um dos traços característicos do trabalho de massas de Mariátegui ao organizar o Partido Socialista no Peru teria sido a importância decisiva que ele dera à conquista das massas camponesas e indígenas como aliados fundamentais do proletariado peruano, já que era sobre a grande massa formada pelas etnias quíchua e aymara que pesava a exploração semifeudal por parte das grandes fazendas açucareiras e algodoceiras do litoral.

Para Mariátegui, Lênin se distinguiria por uma singular capacidade de compreender a direção da história contemporânea e o significado de seus acontecimentos (MARIÁTEGUI, 1972, p. 92). Acompanha com vivo interesse os desdobramentos da revolução bolchevique na Rússia e as vicissitudes da construção do Estado socialista. Identifica nessa construção a obra de “homens heroicos e excepcionais”, no âmbito de uma “tremenda tensão criadora”. Considera o Partido Bolchevique como a expressão mais evidente da união entre teoria socialista e prática revolucionária, concedendo a Lênin o mérito principal de sua condução (MARIÁTEGUI, 1977, p. 213).

SOBRE O REVISIONISMO E O IMPERIALISMO

Também nas análises a respeito das tendências reformistas presentes no movimento operário mundial e suas consequências para uma

¹ “Não queremos, certamente, que o socialismo seja na América decalque e cópia. Deve ser criação heróica. Temos que dar vida, com nossa própria realidade, em nossa própria linguagem, ao socialismo indoamericano. Eis aqui uma missão digna de uma geração nova”.

rigorosa avaliação da fase imperialista do capital internacional se podem encontrar paralelos interessantes entre Mariátegui e Lênin. Mariátegui criticou mais ou menos asperamente alguns dos principais representantes do revisionismo europeu, como Bernstein, Croce, Henry De Man (MARIÁTEGUI, 1976, p. 55-63). No filósofo revisionista francês Georges Sorel, no entanto, ele encontrou aportes significativos para a mobilização socialista no Peru, já que também no âmbito “teórico” não hesitava em assumir, de forma marcadamente livre e “heterodoxa”, aproximações improváveis, desde que julgasse necessárias para a inspiração e motivação práticas do exercício cotidiano da luta de classes.

Mariátegui demonstra, assim, nutrir apreço especial pelas reflexões de Sorel, conhecido por suas posições sindicalistas-revolucionárias e pelos seus esforços revisionistas na virada dos séculos XIX e XX. Mas não há ingenuidade ou voluntarismo romântico nessa composição teórico-prática heterogênea de Mariátegui ao assimilar o pensamento de Sorel. Existe, isso sim, uma aguda intuição teórico-política que o levava a aproveitar toda e qualquer contribuição que pudesse servir ao “seu” marxismo, a fortalecê-lo no objetivo de impulsionar a luta socialista nas condições objetivas do Peru de então. De resto, o próprio Lênin já havia demonstrado certo interesse positivo nos escritos daqueles que o líder bolchevique considerava serem os “revisionistas de esquerda”.² De acordo com Choy (1970, p. 13), no lugar de descartar o sindicalismo revolucionário de Sorel e tudo que pudesse aproximá-lo das motivações classistas do neonato proletariado peruano, Mariátegui soube aproveitar a capacidade de luta conferida pelos cânones de ação prática anarcossindicalistas que, orientados por uma concepção marxista hegemônica, poderiam servir para erodir o sistema de classes existente.

² O interessante aqui é a alusão feita por Lênin ao que chama de “revisionismo de esquerda”, que teria origem nos “países latinos”. Sendo o “revisionismo de direita”, bem entendido, as correntes de matiz bernsteiniana aludidas acima, Lênin distingue o revisionismo de esquerda identificando-o como um “sindicalismo revolucionário” que “*adapta-se, ele também, ao marxismo, corrigindo-o. Labriola na Itália, Lagardelle na França, referindo-se o tempo todo a um Marx mal compreendido e um Marx bem compreendido. Não podemos nos demorar aqui na análise da substância ideológica desse revisionismo, que está ainda longe de se desenvolver como o revisionismo oportunista, não se internacionalizou e não sustentou praticamente nenhuma batalha importante com os partidos socialistas de nenhum país. Limitar-nos-emos, portanto, ao ‘revisionismo de direita’*” (LÊNIN, 1971, p. 68). Há uma concessão tácita feita aqui por Lênin ao “revisionismo de esquerda”, o reconhecimento de que “esse” revisionismo não seria oportunista, ou pelo menos não o seria ainda, e estaria sujeito a enfrentar provocações ideológicas nos países “latinos” onde se desenvolvia. Poderia exercer alguma função revolucionária, ou pelo menos conteria alguma proposição útil ao proletariado revolucionário o pensamento revisionista “de esquerda”? Como o próprio Lênin enfatiza, o combate ao revisionismo de direita era prioridade, e não havia tempo (e haveria cada vez menos a partir de então) para que ele pudesse se ocupar detidamente do assunto.

Voltemos à crítica das tendências reformistas analisadas por Mariátegui. Ele faz coro com Lênin também quanto à crítica impiedosa às tendências reformistas marcantes no âmbito da II Internacional. Considera que a Segunda Internacional teria reaparecido, após a Grande Guerra, com o “mesmo pacifismo platônico dos tempos pré-bélicos” (MARIÁTEGUI, 1972, p. 114). Identifica em líderes como Vandervelde, Kautsky e Bernstein a “antiga fé” nos métodos reformistas. Sustenta que tais homens não compreendem as modificações causadas pela guerra e não conseguem perceber a existência de uma nova realidade na luta de classes mundial. Mariátegui depositava suas esperanças na III Internacional, que concentrava a força da juventude revolucionária em contraste com aqueles “velhos socialistas” (MARIÁTEGUI, 1972, p. 114). Sem menosprezar completamente os socialistas encabeçados pela socialdemocracia alemã, ele constata que a “II Internacional foi uma máquina de organização e que a III Internacional é uma máquina de combate” (MARIÁTEGUI, 1972, p. 115).

Mariátegui não analisa o desenvolvimento do capitalismo peruano como um fenômeno específico contido nos limites do território de seu país, mas associa tal desenvolvimento ao desenrolar de uma nova fase do capitalismo mundial, qual seja a fase imperialista. Dessa forma, assevera igualmente que o proletariado peruano também é parte do contexto mundial de crise do capitalismo. E não poderia ser diferente, já que, como enfatizado por ele, o desenvolvimento capitalista tornaria unificados os interesses, as idéias, os costumes e os regimes dos povos submetidos a esse sistema econômico. O Peru encontrar-se-ia, assim como todos os outros países americanos, inserido naquela crise (MARIÁTEGUI, 1973, p. 17).

Mais uma vez em estreita sintonia com as reflexões de Lênin, Mariátegui aponta o que considera serem as duas principais correntes de esquerda a atuar sobre o cenário econômico de então: os “reformistas” e os “revolucionários”. Nas suas palavras:

Tanto num quanto noutro grupo há diferentes matizes, mas os grupos são claramente apenas dois: o dos que querem realizar o socialismo colaborando politicamente com a burguesia e o dos que querem realizar o socialismo conquistando integralmente para o proletariado o poder político. E a existência desses dois grupos provém da existência de duas concepções diferentes, de duas concepções opostas, de duas concepções antitéticas do atual momento histórico (MARIÁTEGUI, 1973, p. 19).

Lênin, por sua vez, aponta, com relação ao momento histórico em que escreve, o caráter já totalmente internacionalizado do revisionismo, e distingue também entre “ortodoxos e bernsteinianos na Alemanha, guesdistas e jaressistas na França, [...] bolcheviques e mencheviques na Rússia” (LÊNIN, 1971, p. 69) e observa que as relações de antagonismo entre cada “par” são, no fundo, de mesma natureza, a despeito das diferenças de condições nacionais. Também para o líder bolchevique a possibilidade de distinção clara entre reformistas e revolucionários em cada país se constituiria num grande passo adiante em relação ao que se teria passado décadas antes quando, nos diversos países europeus, tendências diferentes afrontavam-se no seio de um único movimento socialista internacional (LÊNIN, 1971, p. 69).

Também para Mariátegui, poucos anos depois, se tratava de um momento histórico revolucionário, de uma burguesia mundial incapaz de reconstruir a riqueza social destruída pela guerra (no caso, a Primeira Guerra Mundial, 1914-1918) e, por conseguinte, incapaz de solucionar problemas concernentes à manutenção da paz (MARIÁTEGUI, 1973, p. 20). Sustenta que a guerra teria originado uma crise cuja solução deveria ser proletária, socialista, já iniciada com a Revolução Russa.

Tanto na afirmação da existência das correntes reformista e revolucionária quanto na defesa de uma solução proletária para as contradições engendradas pelo imperialismo, Mariátegui, nitidamente, faz coro com as análises de Lênin presentes em *Imperialismo, fase superior do capitalismo*. Ou antes, interpreta os escritos do marxista russo à luz da realidade latino-americana em geral e peruana em particular. Além disso, viria mais tarde a identificar na APRA³ o reformismo burguês que Lênin desvela em Kautsky quando critica seu artigo *Ultra-imperialismo*, publicado pelo social-democrata alemão às vésperas da eclosão da Primeira Guerra Mundial.

Para Lênin, Kautsky encontrava-se no meio daqueles cuja revisão do marxismo conduzia o movimento operário a políticas de conciliação e de reformas no âmbito do Estado burguês. De fato, as teses de Kautsky, ao menos em seu escrito sobre o ultra-imperialismo, conduzem a uma estratégia reformista disfarçada de tática revolucionária. O autor alemão destitui o im-

³ Aliança Popular Revolucionária Americana. Movimento político peruano liderado por Haya de La Torre a partir do exílio no México. Mariátegui rompe com o movimento em 1928, quando este decide se transformar em partido político de caráter reformista, disposto a agregar em suas fileiras as frações nacionalistas da burguesia peruana.

perialismo de sua condição de capitalismo levado às últimas conseqüências, como considera Lênin, para enxergá-lo como apenas uma de outras formas possíveis da relação entre os capitais internacionais. Uma forma que já estaria em vias de ser substituída por outra, constituída por uma aliança internacional de países imperialistas, a “cartelização” do capital internacional, ou a fase do “ultra-imperialismo” (KAUTSKY, 1970, p. 46).

Ao negar o imperialismo e as lutas interimperialistas como desdobramentos necessários da competição capitalista internacional Kautsky priva qualquer luta antiimperialista de seu valor potencialmente revolucionário e anticapitalista, já que não se luta contra o fenômeno superior e necessário do desenvolvimento do capitalismo mundial, mas apenas contra uma de outras formas possíveis de sua manifestação internacional, entre as quais estaria o “ultra-imperialismo”.

Embora Kautsky afirme que, contra o ultra-imperialismo, “nós devemos lutar tão energeticamente quanto fazemos contra o imperialismo” (Idem), resulta de sua argumentação que golpear o imperialismo seria inútil de um ponto de vista estratégico. Como observa Lênin, Kautsky separaria, no fenômeno imperialista, a política da economia, e esta seria a manobra crucial do desvio burguês de sua análise:

O essencial é que Kautsky separa, no imperialismo, a política da economia, pretendendo que as anexações são a política “preferida” do capital financeiro e opondo a esta política uma outra política burguesa, pretensamente possível, baseada sempre no capital financeiro. [...] Daí resulta que a partilha territorial do mundo, concluída precisamente na época do capital financeiro, e que constitui a base das atuais e originais formas de rivalidades entre os maiores Estados capitalistas, é comparável com uma política não imperialista. Isto leva a ocultar, a tornar menos perceptíveis as contradições da atual fase do capitalismo em vez de lhes desvendar a profundidade. Em vez de marxismo chega-se assim ao reformismo burguês (LÊNIN, 1987, p. 91).

Concluirá Lênin que, separando a política da economia, a luta contra a política dos trustes e dos bancos não atinge suas bases econômicas e se reduz, portanto, a reformismo e pacifismo burgueses, a “piedosos e inofensivos desejos” (LÊNIN, 1987, p. 92).

O revolucionário russo atribui a existência da vertente reformista no seio do movimento operário à capacidade de corrompimento adquirida pelo capital, devida aos enormes ganhos proporcionados pelo imperialismo. Tal corrompimento atingiria os estratos superiores do movimento operário e formaria uma aristocracia operária apartada da massa do proletariado, mas que se arrogaria sua direção. Nas palavras de Lênin:

[...] o imperialismo tende também a criar, entre os operários, categorias privilegiadas e a separá-las da grande massa do operariado. [...] cria a possibilidade econômica de corromper as camadas superiores do proletariado (LÊNIN, 1987, p. 103).

Mariátegui vê o reformismo de parcela do movimento operário como uma concepção equivocada do momento histórico de então. No mesmo reformismo, Lênin enxerga o corrompimento do movimento operário induzido pelas pressões do capital. Uma e/ou outra coisa, importante notar que, nos passos de Lênin, o marxista peruano aponta como tarefa urgente a conscientização da massa do proletariado de seu país, fazer com que tal massa visualize com clareza essa cisão existente em meio às suas lideranças e compreenda o momento de crise revolucionária que vive, como parte que é do proletariado mundial.

SOBRE A QUESTÃO AGRÁRIA

Nesse momento pode ser interessante um exercício teórico mais detido sobre o modo de proceder à análise de suas respectivas realidades concretas, por Lênin e Mariátegui. A forma de tratamento que cada um dá à questão agrária em seu país pode ser uma ilustração sistemática da afinidade político-teórica entre os dois revolucionários ou, mais especificamente, da perspectiva leninista de Mariátegui a respeito da tradução dos métodos do materialismo histórico para as condições concretas de seu país.

Há muito em comum entre a Rússia e o Peru agrários da virada do século XX. Se por mais não fosse, é suficiente lembrar apenas dois aspectos das respectivas sociedades: uma população camponesa enormemente majoritária, submetida a relações ainda semifeudais de trabalho, e um proletariado urbano de formação recente e pouco numeroso, concentrado em determi-

nados centros. Some-se, porém, no caso do Peru, a voracidade dos capitais financeiros imperialistas inglês e americano sobre todos os ramos da produção econômica⁴ e o proeminente elemento étnico-racial, sendo indígena a imensa maioria componente daqueles campesinato e proletariado, fato que agregava a questão racial como um elemento novo da luta classista.

Vejamos como cada autor analisa sua própria conjuntura.

UM RÁPIDO ESBOÇO SOBRE LÊNIN E A QUESTÃO AGRÁRIA RUSSA

No texto “O Partido Operário e o campesinato”, publicado no terceiro número do *Iskra* em 1901 (LENIN, 1975, p. 464-473), Lênin explica a abolição da servidão ocorrida na Rússia na década de 1860. Os camponeses tinham de pagar, por meio de empréstimos junto ao governo, por pequenas porções da terra onde haviam vivido e trabalhado pela vida toda. Usou-se de força repressiva para reprimir os recalcitrantes. Os camponeses permaneciam com dívidas e obrigações pendentes junto a seus “antigos” senhores. O resultado fora o retorno à semi-servidão, proletarianização da maioria e formação, a partir de uma minoria de kulaks, de uma nascente burguesia rural, ajuntando-se aí dezenas de milhares de mortes por fome e epidemias.

Lênin exorta a que se leve a luta de classes ao campo, unindo-se as lutas contra o capital e contra o jugo dos latifundiários. Segundo ele, haveria, no campo russo, contradições de classe dos dois tipos seguintes: entre o proletariado agrícola e os patrões rurais; entre todo o campesinato e toda a classe dos proprietários rurais. Ele observa que, apesar da primeira condição pertencer já às lutas do futuro, é a segunda que adquire caráter nacional de maior urgência na Rússia, pois sobre o proletariado agrícola se abatem ainda todas as opressões que caem sobre os camponeses. Já numa das primeiras elaborações da própria noção de hegemonia em Lênin, ele assevera que o partido operário socialdemocrata russo deve incluir em seu programa todas as reivindicações dos camponeses, se “pretende marchar à frente de todo o povo na luta contra a autocracia” (LENIN, 1975, p. 471).

⁴ “Durante o período do caudilhismo militar, em vez de se fortalecer o demos urbano, foi a aristocracia fundiária que se robusteceu. Estando o comércio e as finanças em poder de estrangeiros, o surgimento de uma vigorosa burguesia urbana não era possível” (MARIÁTEGUI, 1979, p. 47).

Em “O proletariado e o campesinato”, publicado no número 11 de *Novaya Zhizn*, 12 de novembro de 1905 (LENIN, 1976, p. 164-165), Lênin permanece enfatizando a necessidade de se conquistar o essencial apoio do campesinato russo à revolução proletária. As perguntas cujas respostas considera urgentes são: “O que o campesinato espera da revolução? O que a revolução pode dar ao campesinato?”. E responde: “O campesinato quer terra e liberdade. Sobre isso não pode haver dúvidas. Todos os operários conscientes apoiam com todas suas forças o campesinato revolucionário” (LÊNIN, 1976, p. 165).

Trata-se, segundo Lênin, de uma luta não apenas pela socialização da terra, mas pela abolição do capital em todas as dimensões da força de trabalho. A luta por terra e liberdade é uma luta democrática. A luta para destruir a dominação do capital é uma luta socialista (LÊNIN, 1976, p. 167).

Em “Revisão do programa agrário do partido operário”, publicado em 1906 no periódico *Nasha Myst* como proposta do programa bolchevique para a solução do problema agrário apresentada no IV Congresso do POSDR (LENIN, 1976, p. 198-225), Lênin apresenta, na primeira parte do texto, o histórico do debate da questão agrária no seio da socialdemocracia russo daqueles últimos anos. Defronta-se com diferentes tendências e vertentes de interpretação e propostas políticas de grupos liderados, por exemplo, por Plekhanov (Grupo “Emancipação do trabalho”) e Riazanov (Grupo “Borbá”).

Nesse texto, comentando as propostas de outros setores do partido, Lênin entende como pertinentes e afinadas com os objetivos democráticos da revolução camponesa a expropriação de todas as propriedades territoriais (expropriação completa dos “terratenientes”), além também de sua completa nacionalização: “não cabe a menor dúvida de que a ideia de propriedade de todo o povo sobre a terra circula agora com extraordinária amplitude entre o campesinato” (LÊNIN, 1976, p. 209). Lênin é enfático com relação à proposta de que, diante do campesinato, deve-se defender o máximo de transformações democrático-burguesas. O papel do Estado, a alteração das formas de exercício de seu poder, não podem, em todo caso, ser subestimadas: “A medida radical de abolir a propriedade agrária fundiária é inconcebível sem a modificação radical das formas estatais” (LÊNIN, 1976, p. 216).

Ao criticar as propostas de reforma da propriedade agrária feitas por Maslov⁵, Lênin observa que não se pode elaborar um programa socialista de maneira retraída e acuada pela pressuposição de que a revolução não chegará até seu final. O projeto máximo deve orientar a estratégia programática. E é esse projeto máximo que desaparece da estratégia programática ao se fazer concessões definitivas a setores conservadores no âmbito de uma aliança de classes permanentemente defensiva por parte do proletariado (no caso em questão, o campesinato).

Observa Lênin que um Estado sustentado por tal aliança, pela própria lógica da luta de classes, tenderá a tomar iniciativas constantes para a proteção da propriedade privada da terra, restabelecê-la onde quer que tenha sido parcialmente abolida (LÊNIN, 1976, p. 218). Embora esteja pensando especificamente na propriedade operária, as preocupações estratégicas de Lênin alcançam maiores profundidades aqui. E as conclusões se impõem: o partido revolucionário não pode possuir um programa para uma nacionalização *parcial* da propriedade fundiária, bem como não pode possuir um programa de luta *parcial* contra o capital em geral e, por extensão, não pode projetar uma luta *parcial* contra o imperialismo. Nesse raciocínio, “parcial” significa precisamente agir de forma conciliatória com os inimigos de classe e seus representantes políticos: os rentistas fundiários, os capitais nacionais das diferentes frações da burguesia interna, o capital financeiro imperialista e seus respectivos partidos e representantes na cena política nacional.

MARIÁTEGUI E A QUESTÃO AGRÁRIA NO PERU

Para Mariátegui, a questão agrária em si e a mesma problemática da propriedade fundiária forneciam a estrutura da luta de classes no Peru. O marxista peruano estava preocupado com as mesmas implicações estratégicas da luta dos camponeses e do proletariado agrário para elaborar um programa de ação revolucionária que os unisse estrategicamente, junto com o nascente proletariado urbano, contra a espoliação promovida pelo capital financeiro internacional e seus aliados locais no Peru. A questão estratégica mais ampla, para Lênin tanto quanto para Mariátegui, era es-

⁵ Representante de uma das correntes internas da socialdemocracia com respeito ao problema agrário, Maslov propunha a “alienação” das terras dos grandes proprietários no âmbito de uma nacionalização limitada aos governos provinciais, e levada a efeito por esses governos apenas parcialmente.

tabelecer as bases da ação política que tornasse o campesinato um aliado massivo para a luta classista.⁶

Não é forçar o argumento procurar, nas preocupações estratégicas de ambos os revolucionários, os elementos materiais, históricos e políticos necessários para o que poderia ser chamado de uma hegemonia de novo tipo, qual seja aquela dos trabalhadores urbanos e rurais organizados politicamente e em luta classista com a hegemonia burguesa. Não se trata apenas de uma questão tática, mas da construção paulatina, entre os grupos subalternos, de uma nova concepção de mundo e das relações sociais a ser apresentadas em desafio à ordem vigente.⁷ Para analisar as variáveis históricas que pudessem indicar as possibilidades de um tal projeto, Mariátegui remete à análise dos primórdios da questão agrária no Peru, ou seja, ao tempo da revolução de independência.

Observa o autor que a revolução encontrou um país atrasado com relação à formação de sua burguesia. No Peru, os elementos de uma economia capitalista eram ainda mais atrasados que em outros países da América espanhola em que já havia uma burguesia formada em estágios menos embrionários (MARIÁTEGUI, 1979, p. 42). O que faltava no Peru para que a revolução de independência pudesse ter permitido ganhos razoáveis ao campesinato era a existência de uma burguesia consciente das finalidades, dos objetivos de suas ações e um estado de ânimo revolucionário na classe camponesa, sobretudo sua reivindicação do direito à terra em termos que fossem incompatíveis com o poder da aristocracia rural.

O autor apresenta uma composição de classes que descrevia em geral as populações americanas pré-independência e constituía um quadro de classes “opostas em interesses, sem nenhum vínculo de sociabilidade moral ou política” (MARIÁTEGUI, 1979, p. 43): uma aristocracia parasitária detentora de terras e do poder político de fidalgos, composta em sua maior parte de espanhóis; uma camada média de industriais e comer-

⁶ Nesse quesito, Mariátegui distinguia, nas condições materiais concretas e particulares de seu país, por exemplo, a questão racial, ou seja, o pertencimento étnico às variedades indígenas peruanas como um elemento a mais que podia ser trabalhado politicamente a favor da constituição daquela base de massas.

⁷ A importância atribuída por Mariátegui à conquista das massas indígenas e camponesas pode ser verificada em seus esforços para preparar politicamente elementos dessas classes sociais. Até sua morte, empenhou-se na formação teórica de militantes quéchuas e aymaras e camponeses da costa com o objetivo de enviá-los ao exterior para estudar e adquirir experiência como dirigentes políticos para o partido (PRADO, in CHOY, 1970, p. 25). Não consta ref. com o autor Prado, seria apud Choy?

ciantes que dispunha de condição econômica confortável e se organizava corporativamente; em terceiro lugar, os “villanos”, os que empregavam efetivamente sua força de trabalho na produção, ou sejam, era a camada do trabalho manual assalariado, compondo-se de artesão e proletários de todo tipo. Havia ainda, obviamente, uma massa de indígenas e africanos, que eram escravos e possuíam uma existência extremamente marginalizada e forçada à vida extra social (MARIÁTEGUI, 1979, p. 43). A bandeira revolucionária da independência seria, como se sabe, levantada pelos descendentes americanos das duas primeiras classes, educados nas metrópoles.

Os programas revolucionários de independência não promoveram o choque entre a nobreza rural e a burguesia comerciante. Antes, os uniram no interesse comum de se livrar do jugo da coroa espanhola. Assim, os processos de independência possuíram um caráter passivizante, marcado pela colaboração entre as classes dominantes aristocrática e burguesa e alijando completamente as massas camponesas, marcadamente indígenas no Peru, que não tiveram suas reivindicações ou interesses contemplados pelos movimentos nacionais de independência.

De toda forma, tais movimentos inspiravam-se em princípios liberais, princípios que consideravam a existência das reivindicações agrárias, que encontravam seus fundamentos na necessidade prática de livrar o domínio fundiário das travas feudais. No entanto, o Peru não possuía uma burguesia que os aplicasse de acordo com seus interesses econômicos e sua própria doutrina política e jurídica. Assim, as consequências práticas da revolução, no que dizia respeito à propriedade agrária, detiveram-se nos limites fixados pelos interesses dos grandes proprietários (MARIÁTEGUI, 1979, p. 43).

As novas políticas agrárias aboliram formalmente as formas de servidão do indígena camponês. Porém, como deixava intactos a concentração, o poder e a força da propriedade feudal, anulava suas próprias medidas de proteção da pequena propriedade e do trabalhador da terra (MARIÁTEGUI, 1979, p. 43). Assim, a aristocracia fundiária seguiu sendo a classe dominante no Peru. Como a burguesia industrial e comerciante era muito débil para assumir o controle político do país, a revolução não levou ao poder uma nova classe, mas manteve a antiga: “A abolição da servidão não passava, por isso, de uma declaração teórica. Porque a revolução

não tinha tocado no latifúndio. E a servidão não é senão uma das faces da feudalidade, e não a própria feudalidade” (MARIÁTEGUI, 1979, p. 44).

O caudilhismo militar se tornou assim o produto natural de um processo revolucionário que não tinha podido conduzir uma nova classe social ao poder. Assim, este era exercido pelos próprios militares condutores da revolução no campo de batalha, já que estes gozavam do prestígio de ter feito a guerra, assim como tinham a capacidade de manter-se no poder pela força das armas. Ocorria que, no conflito de interesses entre liberais e conservadores, faltava uma reivindicação camponesa ativa e direta que obrigasse aos primeiros a incluir em seu programa a distribuição da terra (MARIÁTEGUI, 1979, p. 44). É necessário lembrar ainda que a escravidão negra não foi abolida de imediato após a revolução de independência, embora a servidão o tenha sido, ao menos formalmente. A escravidão negra, bem como a contribuição pecuniária obrigatória que mantinha os camponeses indígenas vinculados na prática a seus antigos senhores foram abolidas apenas em 1854 pelo general presidente Castilla, a quem Mariátegui atribui as conquistas menos acanhadas da postura política liberal de então em seu país.

Mais que por incentivos estatais aos pequenos proprietários, a política de favorecimento da distribuição de terras aconteceu sobretudo por anulação dos entraves jurídicos aristocráticos. Mariátegui observa que em nenhum lugar do mundo a reforma agrária fora ainda possível sem leis específicas que expropriassem o latifúndio e distribuísse as terras para quem nela trabalhe. Assim, não obstante a presença de leis que anulassem o estatuto da servidão, a pequena propriedade acabou por não prosperar no Peru. Pelo contrário, o latifúndio prosperou e se estendeu: “E a propriedade da comunidade indígena foi a única que sofreu as consequências desse liberalismo deformado” (MARIÁTEGUI, 1979, p. 47).

Ao mesmo tempo que não fora possível no Peru o estabelecimento de uma política predominantemente burguesa que se voltasse para uma distribuição menos injusta da propriedade da terra, o capital financeiro, majoritariamente estrangeiro, expandia-se e se associava com a aristocracia nacional, que mantinha intacto seu poder político. Esta classe, que permanecia a mesma, tinha mantido, agora na república, basicamente os mesmos privilégios adquiridos na situação de colônia. Mariátegui considera ser, as-

sim, natural que ela tratasse da questão da propriedade da terra por meio dos critérios os mais conservadores possíveis. A permanência da condição extra social dos indígenas, por sua vez, não expunha essa aristocracia aos perigos das reivindicações de massas camponesas conscientes.

O efeito perverso da legislação republicana fora que seu liberalismo, inerte diante da propriedade feudal, era aplicado apenas sobre a propriedade comunal indígena, o que suplantava seu caráter coletivista e desintegrava-a em pequenas propriedades sem nenhum suporte do Estado e sofrendo toda a pressão da grande propriedade que as ameaçava. Assim, a destruição das comunidades rurais indígenas não significava transformar esses camponeses em pequenos proprietários, e sequer em assalariados livres. Significava, ao contrário, entregar suas terras aos grandes proprietários e sua clientela de rentistas. Era o caminho efetivo de vincular novamente o indígena ao latifúndio, sem que nunca tivesse se alterado, na prática, sua situação social (MARIÁTEGUI, 1979, p. 48).

Finalmente, o desenvolvimento de grandes cultivos industriais de uma agricultura de exportação nas fazendas costeiras ocorria integralmente subordinado à colonização econômica dos países da América Latina pelo capitalismo ocidental. O capital financeiro britânico se interessara em explorar essas terras para produção de cana-de-açúcar e algodão. As hipotecas das propriedades agrárias colocavam grande parte dessas terras sob o controle de empresas estrangeiras. Mariátegui observa ainda que os fazendeiros devedores dos comerciantes e investidores financeiros estrangeiros acabam realizando um papel deliberado de intermediação para submeter a propriedade fundiária peruana ao controle desses. Ou seja, serviam de intermediários ao capital anglo-saxão para lhe assegurarem a exploração de campos cultivados com mão de obra indígena superexplorada e miserável (MARIÁTEGUI, 1979, p. 49).

Informado por essa análise histórica sobre a constituição da propriedade territorial em seu país, Mariátegui apresenta um “complemento ao estudo do problema da terra no Peru”⁸ (MARIÁTEGUI, 1972, p. 108-112), texto que consiste, na verdade, em propostas para se atender e contemplar todos os interesses dos camponeses e trabalhadores rurais peruanos

⁸ Sob o título “Princípios de política agrária nacional”, foi publicado originalmente no periódico *Mundial*, de Lima, em 1º de julho de 1927. Compilado postumamente no volume “Peruanicemos al Perú” das obras completas.

em detrimento da secular política de latifúndio então vigente. Trata-se de uma perspectiva que visava conquistar os camponeses para a revolução socialista no Peru, por meio da assimilação de seus interesses ao programa revolucionário. Nesse sentido, aproxima-se sobremaneira das soluções propostas por Lênin antes e no decorrer da Revolução Russa e que visavam conquistar os camponeses e trabalhadores rurais para a causa da revolução.

Com base na constatação de que no Peru, a despeito dos princípios liberais da legislação, subsistiam ainda formas e instituições próprias de uma economia feudal, Mariátegui sustenta que o ponto de partida formal e doutrinal de uma política agrária socialista deveria ser uma lei de nacionalização da terra (MARIÁTEGUI, 1972, p. 108). Uma nova política agrária deveria tender, ainda, para o fomento, desenvolvimento e proteção da comunidade indígena. O autor chama a atenção para a potencialidade do “ayllu”, “célula do Estado incaico” sobrevivente ainda, a despeito dos ataques da grande propriedade, de converter-se gradualmente em organização do Estado socialista moderno (MARIÁTEGUI, 1972, p. 110). Observa que a extensão de terras disponíveis no país permite reservar aquelas necessárias para uma distribuição progressiva aos camponeses, permanecendo em relação contínua, ao mesmo tempo, com o processo de crescimento das comunidades.

Mariátegui propõe, como consequência, uma política de crédito agrícola coerente com as medidas acima descritas. O crédito agrícola, que para isso deveria ser controlado e dirigido pelo Estado, impulsionaria a agricultura no sentido mais conveniente às necessidades nacionais. Tal seria o principal recurso para o desenvolvimento da produção comunitária. O Banco Agrícola Nacional deveria dar preferência às operações das cooperativas, as quais, por sua vez, seriam ajudadas pelos corpos técnicos e educativos do Estado para melhor trabalharem suas terras, bem como para a instrução da técnica industrial de seus membros (MARIÁTEGUI, 1972, p. 110). Os confiscos de terras não cultivadas, bem como a irrigação e beneficiamento de terras ociosas, colocariam à disposição do Estado extensões territoriais que seriam preferencialmente destinadas à sua ocupação por cooperativas tecnicamente capacitadas (MARIÁTEGUI, 1972, p. 110).

Mariátegui tem em vista também a necessidade de se estabelecer solidamente não apenas a produção dos pequenos camponeses comunitários,

mas também a grande produção de caráter agroindustrial para a consecução de objetivos de produção em larga escala. No cumprimento desse objetivo, a proposta que faz o autor é que as terras não exploradas diretamente por seus proprietários, ou pertencentes a grandes rentistas rurais improdutivos, passariam diretamente para as mãos de seus arrendatários, sendo seu usufruto e extensão territorial limitados pelo Estado, no caso em que a exploração do solo fosse efetivada com base em técnicas industriais modernas, com instalações e capitais apropriados (MARIÁTEGUI, 1972, p. 111).

Por fim, em atenção ao desenvolvimento individual para a vida produtiva no campo com caráter autônomo e voltado para a diminuição das contradições entre este e os centros urbanos, Mariátegui propõe o ensino agrícola amplo organizado pelo Estado, com a máxima difusão desse ensino para as massas rurais. Tal difusão massiva deveria ocorrer na forma de escolas rurais primárias e escolas práticas de agricultura, ou “granjas-escola”. A instrução das crianças do campo deveria, assim, possuir um caráter claramente agrícola (MARIÁTEGUI, 1972, p. 111).

POR QUE MARIÁTEGUI

José Carlos Mariátegui considerou sempre, desde que se reconheceu como um pensador marxista (notadamente na última década de vida), a necessidade da organização política e do desenvolvimento de uma consciência socialista entre os trabalhadores rurais e urbanos.⁹ Viveu, pensou e escreveu absorvido pela necessidade premente de se criar as condições materiais e simbólicas para a revolução socialista no Peru. Foi assim que nos legou, aos latino-americanos, passagens essenciais da história de nosso pensamento crítico a respeito do imperialismo, da luta de classes com as especificidades dessa região do mundo, da importância da assimilação dos costumes e tradições da organização social própria dos indígenas camponeses na construção do socialismo, entre outras reflexões originais. Enxergou

⁹ A tal tarefa se entregava por meio de, entre outras atividades, suas conferências sobre a crise mundial proferidas no âmbito da Universidad Popular Gonzalez Prada, principalmente nos anos de 1923 e 1924. Tratava-se de escolas noturnas para trabalhadores montadas a partir de 1921 pela Federação Estudantil Peruana, sob a orientação do então líder estudantil Haya de La Torre. Sua organização fundamentava-se no princípio de que o proletariado deveria ser conscientizado social e politicamente através da ação docente de intelectuais. Mariátegui, convidado por Haya a colaborar nas UPGP, anos antes do rompimento entre os dois, aceitara a sugestão de ministrar cursos aos trabalhadores sobre os movimentos operários na Europa e no Peru, sobre as revoluções russa, alemã e mexicana e sobre aspectos da crise europeia do pós-guerra (BELLOTO; CORREA, 1982).

no marxismo o caminho teórico e político para a realização de tais intentos, e no pensamento e prática de Lênin¹⁰ as maneiras para se realizar a necessária e dialética tradução dos princípios do materialismo histórico para as lutas proletárias e camponesas latino-americanas¹¹. Por tudo isso convém estudar e pesquisar a obra de Mariátegui. Convém difundir seu pensamento entre os lutadores sociais desse canto do globo. Convém inclusive, mais especificamente, que o conjunto de sua obra seja submetida a estudos contínuos e cada vez mais aprofundados por parte do marxismo latino-americano de língua portuguesa.

REFERÊNCIAS

- BELLOTO, Manuel L.; CORREA, Anna M. M. Introdução. In: _____. (Org.). *Mariátegui*. São Paulo: Ática, 1982.
- CHOY, Emilio et al. *Lenin y Mariategui*. Lima: Amauta, 1970.
- GALASTRI, Leandro. O antiimperialismo revolucionário de José Carlos Mariátegui. *Cadernos Cemarx*, Campinas, n. 4, p. 71-84, 2007.
- _____. *Gramsci, marxismo e revisionismo*. Campinas: Autores Associados, 2015.
- KAUTSKY, Karl. Ultra-imperialism. *New Left Review*, London, n. 59, p. 41-46, 1970.
- LÊNIN, Vladimir. Marxisme et révisionnisme. In: _____. *Oeuvres choisies*. Moscou: Editions du Progrès, 1971. v. I.
- _____. *Obras escogidas*. Moscou: Editorial Progreso, 1975. t. I.
- _____. *Obras escogidas*. Moscou: Editorial Progreso, 1976. t. III.
- _____. *Imperialismo, fase superior do capitalismo*. São Paulo: Global, 1987.
- MARIÁTEGUI, José C. *La escena contemporânea*. Lima: Amauta, 1972.
- _____. *Peruanicemos al Perú*. Lima: Amauta, 1972.

¹⁰ Em outubro de 1928, Mariátegui é encarregado pelo Comitê Organizador do Partido Socialista Peruano de redigir o seu programa, que será aprovado pelo Comitê Central no início de 1929. Assim, pouco mais de um ano antes de sua morte, Mariátegui é suficientemente claro quanto ao caráter político-ideológico que deveria, a partir de então, servir de guia a recém-fundado PSP. No 4º parágrafo escreve:

“O capitalismo se encontra em seu estágio imperialista. É o capitalismo dos monopólios, do capital financeiro, da pilhagem dos mercados e das fontes de matérias primas. A práxis do socialismo marxista neste período é a do marxismo-leninismo. O marxismo-leninismo é o método revolucionário da etapa do imperialismo e dos monopólios. O Partido Socialista do Peru o adota como método de luta” (MARIÁTEGUI, 1974, p. 160).

¹¹ A breve demonstração da proximidade das considerações de ambos com relação à questão agrária e camponesa feita neste trabalho procura dar um exemplo disso.

- _____. *Historia de la crisis mundial*. Lima: Amauta, 1973.
- _____. *Ideología y política*. Lima: Amauta, 1974.
- _____. *Defensa del marxismo*. Lima: Amauta, 1976.
- _____. *Figuras y aspectos de la vida mundial*. Lima: Amauta, 1977.
- _____. *Siete Ensayos de interpretación de la realidad peruana*. Caracas: Ayacucho, 1979.